

Trabalho, dádiva e solidariedade: reflexões sobre as ações realizadas com coletivos de trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte¹

Paloma Coelho²

Marcelo Braga³

Zélia Profeta⁴

Fundação Oswaldo Cruz

Juliana Gonzaga Jayme⁵

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Resumo: Este artigo visa refletir criticamente sobre as ações realizadas junto às trabalhadoras性uals de Belo Horizonte em um projeto voltado para o trabalho, a saúde e a autonomia dessas profissionais, com ênfase no enfrentamento do estigma relacionado à prostituição. Para tanto, discute-se o processo de cooperação e a interlocução entre a equipe do projeto e as prostitutas, bem como os seus limites. Com base no conceito de dádiva, definido por Marcel Mauss, e retomado por autores contemporâneos, reflete-se como o estigma associado ao trabalho sexual correspondeu a um elemento central para a motivação das trabalhadoras性uals nas ações realizadas, no entanto, outras ações não tiveram a mesma ressonância entre elas. Conclui-se que, diferentemente da proposta inicial, centrada em aspectos econômicos, o envolvimento das trabalhadoras性uals nas ações pareceu estar ligado a articulações mais amplas, como a inclusão nas políticas públicas, o reconhecimento de seus direitos e a regulamentação da profissão.

Palavras-chave: trabalho sexual; estigma; dádiva; reciprocidade; solidariedade.

¹ Financiamento: FAPEMIG - PPE - 00019 - 21, por meio da emenda estadual nº 706 de 2021 de autoria da Dep. Est. Beatriz Cerqueira e emenda federal nº 14080002 de 2021 e 14080002 de 2022 do Dep. Fed. Patrus Ananias.

² Doutora e mestre em Ciências Sociais pela PUC-MG, graduada em Turismo pela PUC-MG. Atualmente é Pós-doutoranda pelo Instituto René Rachou (IRR/Fiocruz Minas) e professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou /Fiocruz Minas.

³ Doutor e mestre em Ciências Sociais pela PUC-MG, graduado em Ciências Econômicas pela PUC-MG. Atualmente é Pós-doutorando pelo Instituto René Rachou/Fiocruz Minas.

⁴ Doutora em Parasitologia pela UFMG, mestre em Biologia Celular e Molecular pela Fundação Oswaldo Cruz, graduada em Farmácia pela UFMG. Atualmente é Pesquisadora em Saúde Pública do Instituto René Rachou /Fiocruz Minas e Chefe de Gabinete da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz.

⁵ Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, mestre em Antropologia Social pela Unicamp, graduada em Ciências Sociais pela UFMG. Professora do departamento e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas. Pesquisadora do CNPq – Processo 312958/2022-6.

Work, gift and solidarity: reflections on the actions carried out with groups of sex workers in Belo Horizonte

Abstract: This paper reflects on the actions carried out with sex workers in Belo Horizonte in a project focused on the work, health and autonomy of these professionals, with an emphasis on confronting the stigma related to prostitution. To this end, the process of cooperation and dialogue between the project team and the sex workers is discussed. Based on the concept of the gift, defined by Marcel Mauss and taken up by contemporary authors, we reflect on how the stigma associated with sex work was a central element in motivating sex workers in the actions carried out, however other actions did not have the same resonance among them. We conclude that, unlike the initial proposal, which focused on economic aspects, the involvement of sex workers in the actions seemed to be linked to broader articulations, such as inclusion in public policies, recognition of their rights and regulation of the profession.

Keywords: sex work; stigma; gift; reciprocity; solidarity.

Trabajo, don y solidaridad: reflexiones sobre las acciones realizadas con grupos de trabajadoras sexuales en Belo Horizonte

Resumen: Este artículo refleja sobre las acciones llevadas a cabo con trabajadoras del sexo en Belo Horizonte en un proyecto dirigido al trabajo, la salud y la autonomía de estas profesionales, haciendo hincapié en la lucha contra el estigma relacionado con la prostitución. Se discute el proceso de cooperación y diálogo entre el equipo del proyecto y las trabajadoras sexuales. A partir del concepto de don, definido por Marcel Mauss y retomado por autores contemporáneos, reflexionamos sobre cómo el estigma asociado al trabajo sexual fue un elemento central para motivar a las prostitutas en las acciones realizadas, mientras que otras acciones no tuvieron la misma resonancia entre ellas. A diferencia de la propuesta inicial, centrada en aspectos económicos, la implicación de las prostitutas en las acciones parecía estar vinculada a articulaciones más amplias, como la inclusión en las políticas públicas, el reconocimiento de sus derechos y la regulación de la profesión.

Palabras clave: trabajo sexual; estigma; don; reciprocidad; solidaridad.

No contexto transpassado pela pandemia⁶ decorrente do coronavírus (Covid-19) e de seus efeitos devastadores, que tiraram a vida de centenas de milhares de pessoas no país e agravaram as condições de crise e da desigualdade social e econômica existente entre diferentes grupos sociais e territórios, foi criado em maio de 2020 o grupo Inteligência Coletiva Minas Gerais (ICMG)⁷. Reunindo professoras(es) e pesquisadoras(es) de diferentes Instituições de Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado de Minas Gerais, sob a coordenação da Secretaria Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC MG), do Instituto René Rachou/Fiocruz Minas e da Presidência da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o coletivo teve como finalidade pensar ações para o enfrentamento dos impactos sociais, econômicos e políticos gerados por meio do desenvolvimento de redes de interlocução e cooperação articuladas entre pesquisadoras/es e sociedade civil organizada.

Diante do quadro de crise aprofundado pela pandemia e de seus efeitos de suspensão e/ou redução geral de atividades econômicas necessárias à sobrevivência cotidiana, que atingiu a maioria da população de trabalhadoras(es) no país, foi proposto e organizado pelo ICMG o I Encontro Territórios em Diálogos: transformar o presente e o futuro de Minas Gerais. O seminário, ocorrido em 17 de julho de 2020, estruturado em quatro painéis temáticos, consistiu na realização de debates multidisciplinares, com a participação de representantes de instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação; de Educação, Saúde e Cultura; além de movimentos sociais, entidades sindicais e da sociedade civil organizada. As discussões do encontro se pautaram no reconhecimento dos efeitos provocados pela pandemia em diferentes segmentos da população e territórios de Minas Gerais, além da necessidade de fortalecimento, valorização e participação das instituições de ciência, tecnologia, pesquisa, saúde e educação no processo de construção de políticas públicas cidadãs, em conjunto com representações da sociedade civil, capazes de combater o estado de crise instalado em Minas Gerais.

Nesse contexto de reflexões, no painel dedicado aos debates relacionados à sociedade civil organizada, foram discutidos os riscos e as vulnerabilidades que atingiram sobretudo setores e grupos sociais marginalizados, entre os quais também as trabalhadoras sexuais. Tais discussões se desdobraram no projeto Profissionais do sexo: trabalho, saúde e autonomia, desenvolvido com trabalhadoras sexuais de Belo Horizonte, em parceria com o Coletivo Rebu e com a participação do Coletivo Clã das Lobas, entidades que atuam em defesa dos direitos das profissionais do sexo, cujo objetivo vincula-se ao enfrentamento do estigma relacionado ao trabalho sexual, além de ações mais específicas ligadas ao bem-estar das

⁶ A pandemia da Covid-19 foi declarada Estado de Calamidade Pública e de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, e pelo Ministério da Saúde em 3 de fevereiro de 2020 (Portaria GM/MS nº 188/2020). Em 5 de maio de 2023, a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à Covid-19.

⁷ O coletivo atuou até 2023.

trabalhadoras⁸. Paralelamente, o ICMG trabalhava em um projeto com a Acamares - Associação de Materiais Recicláveis de Sarzedo.

Nas reuniões de trabalho entre pesquisadoras(es) do ICMG e representantes dos coletivos Rebu e Clã das Lobas, e da Acamares, o estigma em torno do trabalho sexual e do trabalho de catação era tema recorrente e, com isso, a primeira ação pensada foi voltada para o combate a esse estigma. Os produtos dessa ação foram os calendários dos anos de 2021 e 2022⁹, dois da Acamares e dois das trabalhadoras sexuais, com fotos e frases escritas pelas(os) integrantes; filmes documentários curtos com as prostitutas e as(os) catadoras(es), nos quais elas(es) falavam sobre o trabalho, o estigma, a família e o cotidiano.

A interlocução entre o ICMG e os coletivos avançou e foram realizados novos encontros, no formato de *lives*, com participação colaborativa de convidadas(os) especialistas da sociedade civil. Em maio de 2021, foi realizada a *live* Economia Solidária: caminhos para a sustentabilidade social e econômica, que propiciou as condições necessárias para o acolhimento do Coletivo Rebu em outro projeto do ICMG com a Acamares e com o Coletivo Maria Vão Com as Outras Sim – a realização de uma oficina de costura criativa e, advindo daí, a produção das ecobags – uma ação colaborativa em torno do fortalecimento da luta contra o estigma. Como no calendário, foram escritas nas bags frases que objetivavam problematizar o estigma voltado para as prostitutas e as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis.

A oficina de costura criativa foi pensada como uma formação para o desenvolvimento de um plano de geração de renda complementar para as(os) participantes dos dois grupos, embasada nos princípios da Economia Solidária, com o intuito de diminuir as condições de vulnerabilidade a que estavam submetidas(os). Com base nessa experiência, o objetivo do presente artigo é refletir criticamente sobre as ações realizadas, pensando nos seus acertos e limites. Para tanto, divide-se o texto em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais: em primeiro lugar, apresenta-se algumas premissas relacionadas à Economia Solidária e suas iniciativas típicas, a seguir, expõe-se brevemente a organização da prostituição na região da Guaicurus, no centro de Belo Horizonte, uma vez que as ações foram realizadas com as mulheres que trabalham nessa região para, enfim, discutir o processo específico de cooperação e interlocução ocorrido na produção coletiva das ecobags, calendários e vídeos, tentando analisar a perspectiva das trabalhadoras sexuais e o entendimento, e seus limites, do ICMG. No último tópico, a ideia é refletir sobre as ações de solidariedade dos coletivos Rebu e Clã das Lobas na época do isolamento social decorrente da pandemia de Covid e a sua relação com a discussão sobre a dádiva.

⁸ Maiores informações sobre as atividades podem ser vistas nas redes sociais: <https://www.instagram.com/coletivo-rebu/>; <https://www.facebook.com/coletivarebu/>. Acesso em: 05 out. 2024. https://www.instagram.com/cladaslobas.ong?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=ZDNlZDcoMzIxNw%3D%3D; https://www.facebook.com/cladaslobas/?locale=pt_BR. Acesso em: 05 out. 2024.

⁹ Os calendários 2021 e 2022 das trabalhadoras sexuais podem ser acessados, respectivamente, em: https://issuu.com/renatacoutinhodemoura/docs/calenda_rio_profissionais_do_sexo_final; e https://issuu.com/renatacoutinhodemoura/docs/calenda_rio_trabalhadoras_do_sexo_final. Acesso em: 05 out. 2024. Os filmes estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/@inteligencialetivaminas8401>. Acesso em 05 out. 2024.

Fundamentos e princípios da economia solidária norteadores da iniciativa

A economia solidária se tornou uma estratégia de trabalho e renda no Brasil nos anos 1990, como uma reação ao desemprego em massa impelido pela expansão do pensamento neoliberal na condução da economia global. Nos anos 2000, ela ganha maior protagonismo no âmbito das políticas públicas federais, quando se amplia o seu espaço de atuação com o envolvimento de diferentes tipos de organização e grupos sociais, alcançando, além dos desempregados, empreendimentos formais e informais de produção e prestação de serviços, associações de trabalhadores e cooperativas populares, entre outras entidades (DINIZ, 2017; GAIGER e KUYVEN, 2020).

Os fundamentos da economia solidária podem ser resumidos pelos atributos que a diferenciam do capitalismo. Enquanto este último tem como premissas básicas a economia de mercado competitiva, a acumulação de capital e a maximização do lucro das empresas, fatores sociais relacionados pelos seus críticos ao processo de formação de sociedades cada vez mais desiguais, a economia solidária baseia-se nas relações de solidariedade, de cooperação e de igualdade de direitos entre todos os membros participantes de suas atividades (SINGER, 2002). Dessa forma, a economia solidária se afasta da capitalista ao não atribuir primazia à acumulação e à expansão do capital e suas condicionalidades no processo econômico. Segundo Paul Singer, numa sociedade onde a condição de igualdade entre os seus membros é prioritária, a economia deveria ser solidária, e acrescenta:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualitariamente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios. (SINGER, 2002: 9)

A forma de gerir um empreendimento econômico solidário é uma das principais diferenças existentes entre a economia capitalista e a solidária. Na empresa capitalista o modo de administração é vertical, hierarquizado, instituído por camadas de autoridade num modelo de heterogestão que precisa ser eficaz na preparação de empresas competitivas direcionadas para a consecução do maior lucro possível para os seus proprietários. O empreendimento econômico solidário é administrado em regime de autogestão, de forma democrática, horizontalmente, de modo que todos os seus integrantes participam das questões da empresa, procurando construir empreendimentos solidários que fortaleçam o desenvolvimento humano dos seus membros. Nada pior para uma empresa solidária do que um déficit de participação dos sócios nos seus negócios.

O avanço da economia solidária a partir dos anos 2000, com a diversificação da natureza dos seus empreendimentos, deve-se muito à atuação de órgãos públicos e de entidades representativas da sociedade civil, como organizações não governamentais, entidades religiosas, sindicais, universidades, entre outras. Essas instituições desempenham, ainda hoje, um papel importante de apoio à economia solidária ao atuarem no processo de formação e treinamento de segmentos da população interessados nas práticas e nos princípios da solidariedade e da democracia igualitária, típicos do modelo de autogestão e essenciais à criação de um

empreendimento econômico solidário (SINGER, 2002; GAIGER e KUYVEN, 2020).

Hoje há na nossa sociedade uma série de atividades identificadas com os fundamentos e os princípios da economia solidária, com os seus significados e expectativas. A ideia das(os) pesquisadoras(es) do ICMG em relação ao projeto de produção solidária das ecobags, por meio da associação informal entre Acamares, Marias Vão Com as Outras Sim e Coletivo Rebu, era que essa atividade pudesse gerar uma renda complementar para as(os) trabalhadoras(es) participantes, devido à grave crise imposta pela pandemia. Com base nas características da economia solidária relacionadas às práticas democráticas e colaborativas da autogestão, à igualdade de direitos e ao sentimento de solidariedade, pretendeu-se também que essa experiência pudesse estimular a autoestima, o processo de desenvolvimento humano e de emancipação de todas(os) as(os) participantes de suas atividades (entre as quais as trabalhadoras sexuais), e o fortalecimento da luta contínua contra o estigma.

A região da Guaicurus em Belo Horizonte e o contexto da pandemia

Situada no hipercentro de Belo Horizonte, a *Guaicurus* é uma área de prostituição tradicional da cidade onde há, hoje, 24 hotéis dedicados ao trabalho sexual¹⁰. Esses hotéis, conhecidos como “sobe e desce” têm, tipicamente, uma entrada discreta, onde fica um porteiro/segurança, e uma escada que dá para os andares, um ou dois, onde se localizam os quartos¹¹. A forma como se organiza a prostituição na *Guaicurus* é característica de Belo Horizonte e do ponto de vista formal não se pode dizer que haja a figura de um *cafetão*. As trabalhadoras性ais alugam os quartos onde fazem o programa. A diária pode se referir a um turno (entre 8 e 16 horas ou entre 16 e 23 horas¹²) ou aos dois turnos e, nesse caso, alguns hotéis permitem que as mulheres durmam no quarto, mas não há programa de madrugada.

As profissionais ficam na porta ou dentro dos quartos, em geral vestidas com lingerie, e a negociação do programa ocorre diretamente com os clientes (FREITAS, 1985; BARRETO, 2008; JAYME *et al.*, 2013; FRANÇA, 2015). As prostitutas podem trabalhar em diferentes hotéis, mas é comum que elas fiquem em um mesmo hotel durante um tempo, por vezes, anos, mesmo as que não residem em Belo Horizonte e vêm durante um período apenas para trabalhar. Assim, como aponta França (2015), é possível perceber um clima familiar nos hotéis e na zona¹³, já que muitas mulheres se conhecem há anos, bem como conhecem o proprietário, o porteiro e demais funcionárias(os) dos hotéis e de outros estabelecimentos comerciais da região, tais como bares, lanchonetes, salões de beleza.

A diversidade de mulheres empregadas na região da *Guaicurus* é um aspecto crucial que deve ser considerado. Ao contrário da crença comum de que apenas mulheres mais velhas que não seguem os padrões convencionais de beleza (magreza, brancura e juventude) trabalham nessa área, é evidente que mulheres de

¹⁰ Esse número pode variar porque por vezes alguns hotéis fecham, mesmo que reabram depois, por diferentes motivos.

¹¹ Alguns hotéis podem ter bar ou restaurante, mas não é tão usual. Para uma descrição dos hotéis ver, entre outras, BARRETO, 2008; JAYME *et al.*, 2013.

¹² Pode haver alguma diferença no horário dos turnos de acordo com o hotel, mas há em todos os hotéis a diária que tem início de manhã e a que tem início de tarde e segue até de noite.

¹³ Zona, no sentido de zona boêmia. Em geral, as trabalhadoras sexuais da *Guaicurus* se referem à região e ao hotel onde trabalham como zona.

várias idades, tipos de corpo e raça podem ser observadas. Letícia Barreto corrobora essa afirmação ao comentar sobre as trabalhadoras sexuais que entrevistou para a sua tese: “As mulheres são as mais variadas. Novas, velhas, bonitas, feias, classe baixa, classe média, brancas, negras, gordas, magras, para todos os gostos” (BARRETO, 2015: 89).

A região da rua Guaicurus está muito próxima da Estação Ferroviária na Praça Rui Barbosa, conhecida como Praça da Estação, e do terminal rodoviário, onde há prostituição de rua, mas em menor número. Nesse espaço centenas de prostitutas, entre as quais muitas vindas de outros estados – o que Jayme et al (2013) chamam de “migração transitória” – exercem o trabalho sexual nos hotéis, fazendo programas de pequeno valor e de curta duração o que gera um volume financeiro significativo (GÓES, 2021). Apesar dessa movimentação econômica, as prostitutas ainda suportam a carga do estigma ligado ao exercício desse trabalho na região (JAYME et al., 2013; GEA et al., 2018).

Pode-se dizer que há uma invisibilidade relativa desse mercado sexual na área central da cidade, uma vez que a prostituição, embora não seja reconhecida, na representação das pessoas comuns, como uma atividade laboral e econômica, constantemente recebe visibilidade em um sentido negativo por parte da sociedade em geral, que a associa à promiscuidade; por parte da polícia e das instituições jurídicas, quando criminalizam a prostituição, discriminam e violentam as(os) trabalhadoras(es)性uais; pela gestão pública, que contribui para reproduzir e reafirmar o estigma e a discriminação contra o trabalho sexual por meio da implementação de políticas higienistas e exclucentes (SIMÕES, 2010; JAYME et al., 2013; GEA et al., 2018). Seria mais apropriado, portanto, falar de uma visibilidade controlada, na medida em que as normas e leis que regulam o espaço público estabelecem graus diferenciados de visibilidade dos sujeitos, dos comportamentos e das atividades, criando parâmetros distintos de cidadania e de aprovação da cidade (SABSAY, 2011).

A discriminação e o estigma em relação ao trabalho sexual não advêm somente da atividade em si, mas são também o resultado das múltiplas representações sobre ele e sobre quem o exerce, bem como dos espaços destinados à prostituição dentro das cidades (BARRETO e PRADO, 2010). A organização socioespacial é um fator de diferenciação entre os sujeitos e os grupos, pois, ao definir a sua distribuição no espaço físico, a um só tempo reflete e institui o lugar social que ocupam, de maneira que “não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais” (BOURDIEU, 2008: 160).

No dia 20 de março de 2020, começou a vigorar o decreto do então prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, que suspendeu alvarás de funcionamento de diferentes estabelecimentos comerciais da cidade, entre os quais, os hotéis da região da Guaicurus¹⁴, mesmo que, no decreto, hotéis não estivessem entre os locais a serem fechados. Isso revela a visibilidade controlada aludida acima.

Prostituição e estigma: repensando o diálogo entre o ICMG e as trabalhadoras sexuais

No I Encontro Territórios em Diálogos: transformar o presente e o futuro de Minas Gerais, o painel 4 contou com a presença de representantes da sociedade

¹⁴ https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/18/interna_gerais,1130210/coronavirus-kalil-manda-fechar-bares-shoppings-e-outros-comercios-de.shtml. Acesso em: 05 out 2024.

civil organizada, entre as quais, Santuzza Alves de Souza, coordenadora do Coletivo Rebu. Sua apresentação nesse painel teve dois pontos centrais: a situação de vulnerabilidade à qual as trabalhadoras sexuais foram expostas com o fechamento dos hotéis, tendo, por exemplo, que fazer programa nas ruas, o que aumentou o risco de violência; e a necessidade de respeito da sociedade às profissionais do sexo como mulheres trabalhadoras autônomas que exercem a prostituição como meio de garantia do próprio sustento e de suas famílias, sendo urgente sua inclusão nas pautas de políticas públicas para as(os) trabalhadoras(es) de outros setores. Diante disso, as demandas das prostitutas pareciam convergir com as de outros grupos participantes desse painel, como as catadoras e catadores de materiais recicláveis, que tiveram seu trabalho afetado pelo isolamento e também são expostos ao estigma e à discriminação.

Foi a partir dessa constatação e em encontros com a coordenadora do Coletivo Rebu, Santuzza, e do Coletivo Clã das Lobas, Jade, que tiveram início as conversas sobre quais ações poderiam ser realizadas para minimizar os impactos da pandemia para as trabalhadoras sexuais e, assim, foram definidas a realização dos calendários e dos pequenos filmes com as trabalhadoras sexuais e, depois, a parceria com a Acamares e as Marias Vão Com as Outras Sim para a execução das ecobags.

Apesar das primeiras ações desenvolvidas em conjunto entre Acamares, Rebu, e Marias Vão Com as Outras Sim, em parceria com ICMG, terem sido bem-sucedidas, a evolução do diálogo entre as(os) participantes das atividades demonstrou que o objetivo das catadoras e catadores era diferente do objetivo das trabalhadoras sexuais. Na medida em que as ações e diálogos avançavam, ficou evidente que a proposta de geração de renda não interessava às trabalhadoras sexuais. A adesão à formação em costura criativa com o intuito de gerar produtos a serem comercializados por meio de uma marca que representasse as trabalhadoras sexuais não era motivada pelos ganhos econômicos, mas por uma das principais demandas apresentadas por elas ao ICMG desde os primeiros diálogos: o enfrentamento do estigma em relação ao trabalho sexual.

Desse modo, menos que vender os produtos a serem feitos nas oficinas, o que de fato interessava às mulheres do coletivo Rebu – mas isso só foi percebido pelo ICMG depois – era conscientizar a população de que a prostituição é um trabalho que deveria ser visto como tal. Foi daí que surgiu a ideia de um produto que pudesse ser também um manifesto: ecobags que continham frases contra o estigma. Se, como foi apontado desde a introdução, o estigma atinge também as(os) catadoras(es) de recicláveis, ficou claro que para a Acamares, a geração de renda era o objetivo principal, ao passo que para as prostitutas, o que mais importava era o manifesto contra o preconceito e a favor da regulamentação do trabalho sexual. Um fato revelador disso aconteceu em uma feira de economia solidária realizada em uma praça pública, em Belo Horizonte. Enquanto o pessoal da Acamares expunha e vendia as ecobags, as trabalhadoras sexuais carregavam as sacolas no próprio corpo, junto com as camisas dos seus coletivos, que também estampam frases pela regulamentação do trabalho sexual, fazendo desse corpo um manifesto.

O tema da geração de renda surgiu nas discussões com as trabalhadoras sexuais quando elas disseram ter recebido, de um projeto, máquinas de costura que estavam ociosas e guardadas em um espaço da região central da cidade cedido por um coletivo de mulheres lésbicas. A partir daí, tendo demonstrado o interesse em aprender a costurar, o ICMG propôs a elaboração de um plano de geração de renda que envolvesse a formação para o aprendizado da costura, de marketing –

criação e divulgação da marca – e de gestão administrativa e financeira. A ideia era criar e comercializar algum produto que desse visibilidade às trabalhadoras sexuais, na tentativa de ressignificar a concepção do seu trabalho por meio da mensagem de que se trata de um ofício como qualquer outro. Imediatamente, as prostitutas enfatizaram que não precisavam de geração de renda, pois não tinham o desejo de abandonar o seu trabalho, que consideram sua profissão e principal fonte de renda. Desse modo, elas defendiam que a iniciativa da costura criativa fosse tratada como uma complementação de renda.

Nas discussões sobre a definição de qual produto seria criado e comercializado, o desejo das trabalhadoras sexuais era o de uma marca de lingeries que fugisse e, ao mesmo tempo, questionasse o padrão de beleza hegemônico. O objetivo era pensar em uma marca que atendesse a uma diversidade de corpos, de identidade de gênero e de faixa etária – mulheres cis, mulheres trans, travestis e pessoas não binárias, que não se vissem representadas nem atendidas pela grande maioria de produtos baseados em um modelo estético idealizado.

Após a realização da *live* sobre economia solidária, mencionada anteriormente, e de conversas posteriores com profissionais do ramo de costura criativa, viu-se que a produção de lingeries é muito complexa para pessoas que não possuem experiência com corte e costura, o que demandaria muito tempo para a formação e uma dedicação inviável para as trabalhadoras sexuais, que teriam poucas horas disponíveis em função de sua atividade laboral. A sugestão das pessoas consultadas foi a de trabalhar com a ecobag, um produto mais simples de ser confecionado, que demandaria menor tempo de aprendizado e possibilitaria a produção em maior quantidade.

A Acamares e o coletivo Marias Vão Com as Outras Sim já tinham a ideia de produzir artigos feitos com materiais recicláveis, além de estarem avançados na discussão de geração de renda com base nos princípios de economia solidária – uma das integrantes, inclusive, participa da rede nacional de economia solidária. Com isso, as duas associações convidaram as trabalhadoras sexuais para atuarem conjuntamente, tanto na formação, quanto na produção das ecobags, com a diferença de que cada grupo criaria e comercializaria a sua própria marca. Apesar de serem segmentos diferentes, o enfrentamento ao estigma associado às duas profissões era um objetivo que unia as trabalhadoras sexuais e as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis.

Partindo desse elemento comum, foi realizada uma oficina de produção de *tags* sociais para os dois grupos, com o intuito de elaborar mensagens a serem impressas nas ecobags que desconstruissem estereótipos associados às duas profissões. Entretanto, após a realização das oficinas e da produção das primeiras ecobags, o projeto com as trabalhadoras sexuais não se sustentou e elas abandonaram a ideia, ao contrário das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, que deram continuidade às ações.

A desistência das trabalhadoras sexuais suscita algumas questões em relação às suas demandas e às particularidades do trabalho sexual. Primeiramente, o fato de elas enfatizarem a atividade de costura como um complemento de renda remete à necessidade de afirmação e de valorização do trabalho sexual como uma profissão. Sendo assim, o importante para elas não era o ganho econômico, mas a visibilidade que um produto e uma marca poderiam dar a um grupo estigmatizado. Isso somado à parceria com instituições renomadas e legitimadas como as que compõem o ICMG.

Em uma das reuniões com o ICMG em que o tema foi discutido, ventilou-se a ideia de buscar alguma parceira renomada que pudesse, por exemplo, replicar

as frases e fazer sacolas que fossem vendidas em redes de supermercado e que, portanto, alcançariam um público muito maior e, nesse caso, provavelmente renderiam algum dinheiro para as trabalhadoras sexuais. Essa ideia não foi para a frente e o principal motivo se refere ao próprio estigma que se buscava combater. A pergunta era: algum supermercado aceitaria vender sacolas com manifesto pró trabalho sexual?

A ausência de reconhecimento da profissão contribui para a vulnerabilização e para a precariedade do trabalho sexual, fazendo com que as pessoas que atuam no mercado do sexo não tenham acesso às proteções legais e aos direitos trabalhistas, o que dá espaço para a violência, para a violação de direitos humanos e para a marginalização. O estigma atribuído à prostituição contribui para que a atividade seja representada por um viés moral que nega a essas pessoas o direito e a liberdade sobre os seus corpos, sua liberdade individual e sexual. Vista por boa parte da sociedade como uma atividade degradante, a prostituição é estigmatizada por se tratar, baseado em convenções tradicionais de sexualidade e de gênero, de uma conduta que subverte as expectativas sociais em relação à conduta das mulheres. A prostituta representa, assim, a sexualidade exacerbada, uma imagem de liberação sexual que vai de encontro aos papéis femininos convencionais e instituídos pela divisão sexual do trabalho. A estigmatização da prostituição é uma forma de lembrar às mulheres o lugar social que lhes é reservado, ao mesmo tempo em que institui o estigma e a marginalização como as sanções morais reservadas a quem o subverte.

O estigma, para Erving Goffman (2006), resulta de uma associação entre determinado atributo e um estereótipo, a partir do momento em que um conjunto de características é visto como incompatível com o modelo de como deve ser certo grupo de pessoas. Logo, o atributo transformado em estigma não seria bom ou ruim em si mesmo, mas assumiria a função de instituir a normalidade do Outro, cuja identidade social se afirma por meio da depreciação e da categorização de indivíduos que divergem de um padrão estabelecido. No caso das trabalhadoras sexuais, o estigma a elas atribuído está relacionado a uma concepção normativa do sexo que hierarquiza os sujeitos a partir das suas práticas sexuais. No âmbito dessa classificação, a prostituição, entendida como uma dissidência sexual, é imbuída de um pânico moral, cuja consequência é a perseguição das trabalhadoras sexuais, constantemente vítimas de violência policial e judiciária, além de impedidas a ocupar territórios delimitados no espaço urbano, pelos quais precisam lutar constantemente para defendê-los e mantê-los (RUBIN, 1984).

O pânico moral em torno do trabalho sexual é um dos instrumentos de regulação da sexualidade, mas também de espacialização das fronteiras que definem os marcos da cidadania e do espaço público. Ordenamento esse que, ao instituir as zonas urbanas destinadas ao comércio sexual, (re)produz o estigma e a marginalização da prostituição, na medida em que ela passa a ocupar um lugar de semivisibilidade e semiclandestinidade que retira o seu status de atividade econômica em decorrência da imagem de promiscuidade e de desvio moral/sexual. A instituição dessas fronteiras físicas e simbólicas contribui não só para a distribuição espacial e desigual da legitimidade das práticas sexuais nas cidades, como também constitui uma modalidade de exclusão do espaço público, cuja inteligibilidade social e sexual é assegurada pelo pânico moral que transforma o trabalho sexual no oposto do bem comum e da ordem pública. O que explicaria, em parte, a resistência à regulamentação desse trabalho (SABSAY, 2011).

Ao mesmo tempo em que vigora esse discurso de culpabilização das mulheres que exercem o trabalho sexual por meio do rótulo de clandestinidade e promiscuidade, há, por outro lado, um discurso de vitimização das pessoas que trabalham na indústria do sexo, anulando a possibilidade de que alguém possa optar por esse trabalho, ainda que essa escolha esteja condicionada a diversos fatores sociais e econômicos, como as opressões combinadas de classe, gênero e raça; a presença de discursos culturais, religiosos e biomédicos hegemônicos acerca da vivência da sexualidade; o reduzido acesso a recursos financeiros, humanos e materiais de muitas trabalhadoras; além do pouco espaço de participação na esfera pública, que as coloca em uma situação de informalidade e discriminação que dificultam a formação de uma identidade profissional. Exemplo dessa visão é o tratamento institucional e jurídico dado à prostituição, pautado por um discurso abolicionista que anula o espaço de agência das trabalhadoras sexuais, sendo a expressão de um Estado – tanto no âmbito político, como legislativo – guiado por noções de caráter moralista, higienista, classista, androcêntrico e heteronormativo. Tal posicionamento resulta em ações paternalistas e criminizatórias que a um só tempo visam resgatá-las, mas as criminalizam, vulnerabilizam e reforçam a violência institucional contra elas. As pessoas que exercem a prostituição permanecem em um espaço de ambivalência em que ora são tratadas como vítimas que carecem de proteção do Estado, ora como criminosas e transgressoras da ordem social e da moral sexual.

As demandas por ações de prevenção da saúde e de políticas públicas que garantam dignidade, proteção jurídica e social às trabalhadoras sexuais que uniram esse grupo ao ICMG, gradativamente foram cedendo espaço para a luta contra o estigma e pelo reconhecimento da prostituição como um trabalho. Não por acaso, a ação que contou com maior envolvimento delas foi a produção dos calendários e dos vídeos aludida acima, nos quais elas eram protagonistas, com base no tema “trabalho sexual é trabalho”. Durante o processo de construção dos roteiros para os vídeos e da concepção das fotografias que comporiam o calendário, a proposta das trabalhadoras sexuais foi a de retratá-las em situações que não remetessem ao contexto da prostituição – espaço da rua, hotéis, sexo, erotismo etc. –, buscando demonstrar à sociedade que, para além da profissão, elas exercem papéis sociais comuns a qualquer outra mulher: são mães, esposas, artistas, cuidam da casa, sustentam famílias, entre outras funções.

A parceria com o ICMG parece ser vista como importante porque, de algum modo, respalda, além de dar um alcance para as ações que, muitas vezes, a ação coletiva das trabalhadoras sexuais não obtém justamente devido à estigmatização dessas pessoas e da resistência às causas que elas reivindicam, em especial a da regulamentação da profissão. O estigma, inclusive, é apontado na literatura como um grande dificultador da mobilização para a ação coletiva das trabalhadoras sexuais (GRAÇA, 2019; RIBEIRO, 2022). O que pode dificultar o sentimento de pertencimento a um grupo ou comunidade e a coesão interna necessários à capacidade organizativa de qualquer movimento social. A prostituição é vista, assim, para muitas dessas mulheres, como uma fonte de renda temporária, ainda que permaneçam por um tempo prolongado no exercício do comércio sexual (GRAÇA, 2019).

Se as prostitutas ligadas a coletivos ou associações têm esse sentimento de pertença que leva à construção de uma identidade laboral, “sou prostituta, sou puta, sou profissional do sexo”, uma boa parte dessas trabalhadoras prefere não “carregar letreiro”, como disse uma interlocutora de Jayme et al (2013), justamente para fugir do estigma e da base da pirâmide sexual proposta por Gayle

Rubin (1984). Dessa forma, mesmo a produção dos calendários e vídeos, que teve maior envolvimento das trabalhadoras ligadas aos coletivos Rebu e Clã das Lobas, não foi encampada pelas prostitutas de maneira geral, exatamente porque muitas delas não aceitam participar de uma ação cujo objetivo é estampar sua imagem ligada ao trabalho sexual, já que o estigma deteriora a identidade de prostituta/profissional do sexo, no sentido de Goffman (2006) e, muitas vezes, atribui às trabalhadoras sexuais outros males, tais como a disseminação de doenças.

As prostitutas organizadas: trabalho, dádiva e solidariedade

De modo geral, o que se verifica nos coletivos estudados é a realização de ações de solidariedade com as trabalhadoras sexuais. Há trabalhos de cooperação e de auxílio social, que envolvem articulação com os equipamentos do Sistema Único de Saúde – SUS, de redução de danos, ações culturais, mobilização de doações, especialmente em momentos mais críticos, como o período da pandemia de Covid-19, por exemplo: cestas básicas, kits de higiene, de limpeza e outros insumos (GRAÇA, 2019; RIBEIRO, 2022). Essas realizações contribuem para o fortalecimento das redes de solidariedade entre as prostitutas, uma vez que as trocas carregam experiências cognitivas, afetivas e subjetivas que mobilizam laços de afeto, de pertencimento, hábitos e identidades (MARTINS, 2023).

De acordo com Paulo Henrique Martins (2008; 2023), e em consonância com outras(os) autoras(es) que buscam abordar o dom de forma não estruturalista e não utilitarista, as práticas solidárias e associativas obedecem não apenas fatores racionais e instrumentais, mas também envolvem a circulação de objetos e símbolos próprios das redes primárias de pertencimento (família, amizades, vizinhança, relações amorosas etc.), que ele denomina como “dinâmicas circulares das dádivas”. Ao contrário do que sustenta o discurso capitalista e burocrático estatal, para o autor, a construção de políticas realmente emancipatórias não se restringe à lógica utilitarista, mas requer a reconstrução de laços afetivos e morais geradores de confiança, reciprocidade e solidariedade. A dádiva é, para Martins, o elemento essencial da vida política e associativa, sem a qual se abre para um cenário de desintegração democrática decorrente da negatividade (im)política.

Nesse sentido, a dádiva, que na teoria de Marcel Mauss se traduz na circulação de bens, serviços e afetos no interior das relações interpessoais – e que opera com base numa lógica paradoxal e cíclica da ação de dar, receber e retribuir – é fundamental não apenas para as instituições da esfera primária, como também para situações de experiências associativas de autogestão, como a economia solidária. E, a partir de uma visão mais ambiciosa, estaria presente, também, nas esferas secundárias, como as instituições burocráticas, administrativas e políticas (MARTINS, 2023). César Barona (2013) vai na mesma direção, ao afirmar que a presença da lógica do dom na economia solidária pode contribuir para a compreensão de vários comportamentos associados à solidariedade, à reciprocidade e à redistribuição, que formam a base para as estratégias e empreendimentos denominados solidariedade. O conceito de dom é um paradigma que permite a compreensão do *ethos* subjacente da Economia Solidária. É usado para descrever as conexões e obrigações dentro dele. Esse conceito organiza as interações sociais e estabelece conexões e responsabilidades na circulação de mercadorias, incluindo bens materiais, simbólicos e baseados no conhecimento. Essa circulação é carac-

terizada pela tripla obrigação de dar, receber e retribuir. Representa um tipo diferente de relação econômica que não necessariamente se alinha às noções de oferta e demanda, utilidade econômica ou mercado.

No entanto, embora seja um componente fundamental para a ação política, a solidariedade, por si só, não possui capacidade de mobilização suficiente se não houver posse e controle de recursos formais – institucionais, habilidades, conhecimento – e informais – redes sociais organizadas – e, principalmente, o estabelecimento de um objetivo comum, que é o que impulsiona as ações coletivas (GRAÇA, 2019). No caso da experiência do ICMG com as trabalhadoras sexuais, acredita-se que o plano de geração de renda não avançou porque o intuito delas não era econômico; o que as movia era o desejo de enfrentamento do estigma. O que explica o interesse despertado pelas *tags* sociais, que permitiriam a elaboração e a disseminação de mensagens com o propósito de desconstruir o estigma e ressignificar o trabalho sexual.

Como discute Natália Alles (2018), a participação das trabalhadoras sexuais na elaboração de narrativas sobre a prostituição é bastante escassa, contribuindo para a sua marginalização e discriminação. Os discursos em torno do trabalho sexual remetem ao estereótipo das profissionais como pessoas desprovidas de racionalidade e autonomia, não tendo consciência da opressão sofrida e, por isso, vistas como incapazes de falar por si mesmas. Ideias como as de que as trabalhadoras sexuais possuem um “desvio moral”, que são criminosas, perigosas, promíscuas, manipuladas ou vivem em situação de extrema pobreza corroboram o desprestígio social da prostituição. Ao mesmo tempo, anulam a capacidade de agência dessas mulheres que podem, em muitos casos, optar pelo trabalho sexual.

Certamente, apesar da tentativa de anulação da agência e da possibilidade de fala das prostitutas, vindas de direções tão distantes como o campo da esquerda e da direita ou de diferentes denominações religiosas, há resistência, seja pela publicação de livros, como os de Monique Prada (2018), Amara Moira (2018) e Lourdes Barreto (2023), para citar apenas três, na presença em diferentes redes sociais e na aliança em coletivos ou associação de trabalhadoras sexuais, mas também com outros setores da sociedade civil, como Universidades. A parceria com o ICMG pode ser pensada a partir daí também. Na falta de espaço comunicacional para as prostitutas assumirem o protagonismo na elaboração de suas próprias narrativas, ações como as que foram propostas nessa parceria são maneiras de modificar ou subverter representações e discursos hegemônicos acerca do trabalho sexual, permitindo que as trabalhadoras assumam o controle da sua imagem e trajetória ao serem produtoras dos significados da profissão e de si mesmas. O interesse delas nas ações desenvolvidas durante o projeto parece indicar muito mais o desejo pelo reconhecimento social da profissão e de sua identidade do que qualquer outra motivação, como a econômica. Tal experiência aponta para a importância de uma construção dialógica e participativa que considere as subjetividades, opiniões e reais necessidades dos sujeitos envolvidos em um projeto de caráter comunitário.

Há ainda outra questão que embora não esteja vinculada de forma tão direta à oficina criativa e às ecobags, liga-se à outra demanda levantada por Santuzza no 1º Encontro Territórios em Diálogos: transformar o presente e o futuro de Minas Gerais, que se referia às ações para minimizar os impactos do isolamento social e do fechamento dos hotéis para as profissionais do sexo. Em um esforço colaborativo envolvendo a Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), e os Coletivos Rebu e Clã das Lobas, várias iniciativas foram implementadas com o ob-

jetivo de auxiliar profissionais que ficaram impossibilitados de exercer sua ocupação em meio à pandemia. As práticas incluíram campanhas destinadas a reunir suprimentos alimentares essenciais, contribuições monetárias, roupas e fraldas descartáveis, bem como colaborações com a Prefeitura de Belo Horizonte para facilitar a distribuição de cestas básicas para profissionais do sexo. Além disso, foram realizadas ações relacionadas à saúde, incluindo o fornecimento de folhetos informativos descrevendo práticas que minimizam o risco de exposição ao coronavírus. Foi ainda estabelecida uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para administrar testes rápidos na região de Guaicurus, entre outros empreendimentos.

Essas ações também podem ser pensadas a partir da chave analítica da teoria da dádiva e, parece, obtêm maior adesão e entusiasmo das mulheres ligadas aos coletivos. Pensando nos termos de Marcel Mauss (2003), de que embora o que ele chama de “prestações totais” aparentem um caráter voluntário e desinteressado, são obrigatórias. Deve-se dar, receber e retribuir dádivas e mesmo nas sociedades contemporâneas, como ele afirma, nem tudo tem (apenas) valor venal. Convites (para festas, formaturas, cafés etc.) são um bom exemplo: é preciso aceitar convites e retribuí-los. Mas, além de convites, doações, presentes, afeto e tudo mais devem ser aceitos e retribuídos. Como aponta Alain Caille (1998: 7) “a dádiva só existe na mágica do que é indissociavelmente a negação e a denegação da troca e do interesse”. Talvez a forma de retribuição que as trabalhadoras sexuais ativistas esperem (certamente não de forma consciente) seja política. As campanhas de arrecadação de alimentos e insumos, e a parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte são ações políticas e, entendendo o vínculo da dádiva com essas ações solidárias, o circuito do dar-receber-retribuir também é político.

Enfim, se a produção e venda de ecobags, como concluímos, interessava menos pelo lucro do que pela possibilidade de expor – e com isso combater – o estigma a partir das frases estampadas nas próprias bolsas e nas *tags* sociais, para que houvesse algum resultado seria preciso que essas bolsas de fato fossem usadas por uma grande quantidade de pessoas, o que dificilmente aconteceria a partir de vendas em feiras de uma única cidade. Os calendários e filmes não foram vendidos e sua distribuição se deu também pela internet¹⁵, o que implica a possibilidade de maior visibilidade. As campanhas realizadas pelos coletivos e pela Aprosmig, além de resolverem problemas de forma concreta, podem contribuir para que haja um engajamento de quem recebe o benefício, mesmo que tal engajamento não implique “mostrar a cara”, mas também, a partir da publicização das ações via redes sociais dos coletivos, da Aprosmig e das trabalhadoras sexuais, o que também pode contribuir para o combate ao estigma direcionado ao trabalho sexual e às prostitutas.

Considerações Finais

Buscou-se, neste trabalho, refletir sobre a parceria entre o Inteligência Coletiva Minas Gerais e os coletivos Rebu e Clã das Lobas que teve início na época do isolamento social decorrente do período da pandemia de Covid. Entre as ações propostas, percebeu-se que se a produção de calendários e vídeos, que tinham

¹⁵ Foram feitos calendários físicos (500 unidades em cada edição), mas eles foram disponibilizados no site do ICMG e os vídeos estão na página do Youtube do ICMG (ver nota 5), além de terem sido divulgados no Instagram e no Facebook.

como protagonistas as próprias trabalhadoras sexuais, foi bem-sucedida, a oficina de costura criativa para a produção e depois venda das ecobags não teve ressonância entre elas.

Desde o início, as participantes dos coletivos com quem conversamos explicitaram que não tinham interesse em mudar de trabalho. Dessa forma, a produção e venda de quaisquer produtos deveriam ser pensadas como complementação da renda principal que advinha da prostituição. Pensando na mesma chave da teoria da dádiva discutida acima, talvez a obrigação de receber a dádiva por parte dos coletivos tenha contribuído para que elas aceitassem a empreitada em vez de afirmarem explicitamente que não tinham interesse naquela ação. Num primeiro momento, a ideia, que veio delas, é imperativo reiterar, era confeccionar lingeries que seriam vendidas nos próprios hotéis onde elas trabalham. Provavelmente, o interesse em produzir lingeries fosse genuíno. No entanto, foram feitas ecobags e, nesse caso, pode ser que se negar a participar desse processo quebrasse o sistema de obrigação da dádiva: dar-receber-retribuir.

Alguns trabalhos discutem a aproximação entre a economia solidária e a ideia de dom (BARONA, 2013; GUERRA, 2012), trazendo para o debate a importância das relações econômicas baseadas na reciprocidade e na lógica da doação. A oficina de costura criativa foi criada com o intuito de desenvolver um plano complementar de geração de renda com base nos princípios da Economia Solidária. No entanto, ficou claro que as prostitutas não estavam interessadas em uma alternativa econômica para diminuir as condições de vulnerabilidade às quais elas estavam submetidas, inclusive porque essas condições estão menos ligadas ao dinheiro do que ao estigma, que contribui para a própria precarização do seu trabalho. Elas ganham muito mais fazendo programa do que vendendo ecobags. Portanto, em vez de vender ecobags, o que elas almejam é poder trabalhar como prostitutas sem que esse trabalho seja atacado a ponto de ter que ser escondido. Para tanto, desejam que o trabalho sexual seja reconhecido e seus direitos regulamentados como qualquer outra profissão socialmente reconhecida.

Por outro lado, ações de solidariedade desenvolvidas pelos coletivos parecem estar ligadas a articulações mais amplas, ligadas ao cuidado mútuo, às alianças políticas e à luta contra o estigma, além da inclusão das trabalhadoras sexuais nas políticas públicas. Ainda, essas ações podem contribuir para dar visibilidade, a partir das postagens nas redes sociais, aos coletivos e ao combate ao estigma relativo à prostituição e à luta em prol da regulamentação do trabalho sexual.

*Recebido em 8 de outubro de 2024.
Aprovado em 30 de janeiro de 2025.*

Referências

- ALLES, Natália Ledur. Clandestinidade e estigma: reflexões sobre a visibilidade comunicacional de mulheres prostitutas. *Comunicação & Sociedade*, 40 (1): 159-83, 2018.
- BARONA, Cesar. Economía de la Reciprocidad: Una aproximación a la Economía Social y Solidaria desde el concepto del don. *Otra Economía*, 7 (12), 2013.
- BARRETO, Letícia. *Somos sujeitas políticas da nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), UFSC, 2015.
- BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), UFMG, 2008.
- BARRETO, Letícia Cardoso; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Identidade das prostitutas em Belo Horizonte: as representações, as regras e os espaços. *Pesquisas e Práticas Psicosociais*, 5 (2), 2010.
- BARRETO, Lourdes. *Puta Autobiografia*. São Paulo: Claraboia, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. “Efeitos de lugar”. In: BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 159-166.
- CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (38): 5-38, 1998.
- DINIZ, Sibelle; Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural. *Anais do XVII Enanpur*, 17 (1), 2017.
- FRANÇA, Marina. Expressão e produção de emoções no comércio do sexo. *Clínica & Cultura*, 4 (1): 46-58, 2015.
- FREITAS, Renan. *Bordel, Bordéis: negociando identidades*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany; KUYVEN, Patricia Sorgatto. Economia Solidária e Trajetórias de Trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35 (103), 2020.
- GEA, Karina Dias; MOREIRA, Lisandra Espíndula; BARRETO, Letícia Cardoso. “Puta não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas. *Revista PerCursos*, 19 (40): 160-185, 2018.
- GÓES, Juliana. O que promove a participação política? Um estudo de caso com as prostitutas da rua Guaicurus. *Política & Sociedade*, 20 (47), 2021.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: la identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.
- GRAÇA, Marta. Trabalhadores/as do sexo e ação coletiva: iniciativas no contexto português. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 89: 115-32, 2019.
- GUERRA, Pablo. La solidaridad en la economía. Relaciones económicas más allá de los intercambios mercantiles. *Otra Economía*, 6 (10), 2012.

JAYME, Juliana Gonzaga; CHACHAM, Alessandra Sampaio; MORAIS, Mariana Ramos de. Mulheres da “Zona Grande”: negociando identidade, trabalho e território. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, 14: 138-63, 2013.

MARTINS, Paulo Henrique. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento antiutilitarista nas ciências sociais: itinerários do dom. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (66), 2008.

MARTINS, Paulo Henrique. *Políticas da dádiva: associação, instituições, emancipação*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2023.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse Put(r)a*. São Paulo: Editora Hoo, 2018.

PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Baderna, 2018.

RIBEIRO, Fernanda Maria Vieira et. al. “As putas mesmo se ajudam”: respostas coletivas do movimento organizado de prostitutas à pandemia da Covid-19. *Anais Eletrônicos do 46º Encontro Anual da Anpocs*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022.

RUBIN, Gayle. “Thinking of sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality”. In: CAROLE, Vance (org.). *Pleasure and Danger: exploring sexuality*. New York: Routledge and Kegan, 1984.

SABSAY, Letícia. Des-heterossexualizar a cidadania é ainda uma frente de batalha. *Revista Cult*, 2014.

SABSAY, Letícia. *Fronteras sexuales: espacio urbano, cuerpos y ciudadanía*. Buenos Aires: Paidós, 2011.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

VOLUME 12
NÚMERO 30
(SET./DEZ.2025)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE

ISSN: 2358-5587

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE AGOSTO
DE 2025

CHAMADA DE ARTIGOS
DOSSIÉ TEMÁTICO:
ENFOQUES CONTEMPORÂNEOS
SOBRE OS ESTUDOS DO CUIDADO

COORDENADORXS:

DR. FABIO DE MEDINA DA SILVA GOMES (UNEMAT)
DRA. LUDMILA RODRIGUES ANTUNES (UFF)

O trabalho do cuidado vem sendo compreendido como uma atividade de múltiplas dimensões na vida social, envolvendo desde o cuidado de outras pessoas, o autocuidado, o cuidado da casa, bem como ações governamentais direcionadas para determinados grupos sociais. Nesse sentido, esse dossiê pretende reunir pesquisas etnográficas sobre o trabalho do cuidado, com especial enfoque para questões envolvendo as múltiplas concepções sobre o chamado trabalho reprodutivo realizado, majoritariamente, por mulheres e dentro das casas.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso